VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2023

ATA NÚMERO TRINTA E UM

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e onze minutos, teve lugar a 3ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 22 de junho de 2023, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Abel Filipe Gonçalves, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Espanhol; João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. ----------

Faltaram, justificando a ausência, e sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, substituído por, Aurora Marina Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, substituída por, Maria Rosalina Santos; Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por, João Pedro Martins; Natália Soares Gonçalves, substituída por, Manuel Benjamim Leite Soares; Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por, Bruno Miguel Oliveira; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por, João Carvalho de Almeida; Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, substituído por, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal: Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores(as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim

Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, Manuel de Oliveira Guedes, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Esteve ausente o senhor Vereador, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar.----------

Senhor Presidente da Mesa deu nota do elevado número de inscrições do público ----------

Ponto 1 - Público.----------

Senhor Manuel Rocha (União de Freguesia de Perosinho e Serzedo) informou que ele e os seus vizinhos só quarta-feira, 28 de junho é que tomaram conhecimento do avanço do processo da construção do TGV, depois de terminado o prazo da consulta pública. Pediu informações sobre a data para o traçado definitivo do TGV. A entidade responsável pela informação da população afetada. E qual o procedimento previsto pela Junta de Freguesia ou Câmara Municipal, para dar junto da população afetada, quanto às casas e terrenos, indemnizações, cálculos, realojamento ----------

Senhora Maria Rocha (União de Freguesia de Perosinho e Serzedo), disse ser moradora na zona, e que não sabia se ia ser ou não afetada. Estava à espera para fazer obras há algum tempo, não sabia se podia continuar a fazer obras ou se tem de parar. Queria que alguém lhe explicasse, qual a zona afetada para saber se pode continuar as obras ou não, pois tem mesmo necessidade de as fazer. ----------

Senhor João Oliveira (União de Freguesia de Perosinho e Serzedo) pretende saber como é que será o traçado e quando é que seria informado, visto que o tempo, desde o aviso, será de 15 a 20 dias, em que têm de dar uma contrarresposta ou na ausência de contrarresposta, é assumido. Gostava de saber qual era a data mais ou menos prevista e qual o trajeto. ----------

Senhor Francisco Silva (União de Freguesia de Perosinho e Serzedo) mostrou a sua preocupação e de toda a gente que mora no lugar de fontes e na freguesia de Serzedo, de poderem ficar sem as suas casas. Teve de vender algumas parcelas de terrenos que os pais lhe deram e juntar dinheiro para renovar a sua casa. Disse ter visto na Net, um traçado que irá passar lá, que terá de demolir a casa, pretende saber a certeza disso. Pediu informações acerca do traçado ao certo, pois o senhor presidente de junta de Serzedo Perosinho, lhe dissera que em Serzedo nenhuma casa seria demolida. ----------

Senhora Maria Violante Santos (União de Freguesia de Perosinho e Serzedo) disse ser moradora numa freguesia a Sul de Gaia, onde não têm camionetas suficientes e que lhes adianta ter um TGV, se não farão uso dele apenas vão destruir as suas casas, aquilo que os seus antepassados conseguiram trabalhando a vida

inteira. Precisam de ter mais informação, de saber exatamente ao certo o que é que está a acontecer. É muito segredo e muito silêncio. Até ao momento ninguém lhes deu uma palavra. ----------

Senhor Ricardo Domingues (União de Freguesia de Perosinho e Serzedo) disse ser mais uma pessoa a falar de um tema que tem sido comum a todas as que o antecederam, nomeadamente TGV, entrevia no sentido de procurar respostas, e também esclarecimentos, porque a população não foi informada. Pelo facto de estar para consulta pública no site "participa", sobre os estudos de impacto ambiental, sobre o traçado dos trajetos do TGV, sendo que para aquela zona existem 3 soluções, a mais viável, sendo opção da variante, gostariam de saber porque é que não foi feito um comunicado à população, para poderem consultar esses dados, que estavam disponíveis online e nem todas as pessoas daquela zona e, com certeza, nas outras freguesias, não têm idade, nem computadores, nem acesso à Internet. Questionou, quanto a datas e apoios que a autarquia prevê dar à população, mediante as situações que se vierem a verificar, nomeadamente o apoio jurídico.----

Senhor João Santos (União de Freguesia de Perosinho e Serzedo) Disse que o seu pai mora naquele lugar há mais de 50 anos, já tem 84 anos, gostaria que lhe dessem uma resposta. O que fazer com ele? Metê-lo num lar ou no cemitério.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, agradeceu a intervenção e centrando-se no assunto, ou no traçado de TGV, fez uma retrospetiva, e disse não significando desresponsabilização, mas, pelo contrário, o município será tanto mais responsável quanto mais não tiver nada a ver com a obra, porque não sendo a obra da Câmara têm uma redobrada obrigação de estar ao lado dos moradores, naquilo que são os problemas que surgem nestas obras, têm estado a acompanhar, ao lado dos moradores, uma obra que é do IP, como se sabe, não é uma obra da Câmara Municipal. Só para não existir qualquer equívoco o assunto já tem 1 ano, começou a ser Público, tem primeira página do jornal, tem notícias no gaiense, tem Facebook, não querem acreditar que de repente alguém diga que soube há dias, por um vizinho, as pessoas veem televisão, o jornal. A IP enquanto entidade responsável pelo TGV, realizou 2 sessões, uma sessão para o distrito de Aveiro, que se realizou em Ovar no dia 5 de junho, e uma sessão que se realizou no distrito do Porto no dia 6 de junho deste ano. Fizeram uma participação no âmbito da discussão pública e julgam sinceramente que deve haver alguma análise e estão disponíveis para ajudar através dos serviços técnicos da autarquia. Continuou dizendo que o assunto foi apresentado ao Público pelo Primeiro-Ministro no Porto e no dia 29/09/2022 teve notícias do jornal, e todas as televisões noticiaram quando foi da consulta pública. Quanto à informação, disse não ser um projeto da autarquia; a discussão pública terminou há dias enquanto discussão formalizada, mas enquanto discussão, ainda está em curso; em todo o troço entre o Porto e Soure tem no momento, 67 participações. Antes destas participações, houve uma apresentação às câmaras municipais. No caso de Vila Nova de Gaia, o presidente disse estarem tranquilos, porque foi possível ajustar o traçado. Eventualmente terá impacto numa dúzia de casas, mas também é verdade que estamos a falar de fazer uma obra numa zona onde inevitavelmente há pessoas, há sempre impactos. O papel do município,

que foi a última questão, a postura do município, será aquela que os moradores quiserem, não irão induzir os moradores em erro. Até aquele dia não tinha recebido nenhum pedido de reunião sobre o TGV, nenhum e-mail recebido aquele era o primeiro momento Público em que alguém falava do TGV. Portanto, estava disponível para dialogarem. Deixou ainda diversos esclarecimentos relativos á questão, nomeadamente para defender os moradores e ajudá-los a serem devidamente ressarcidos. ----------

Senhor Presidente da Mesa em resposta a um munícipe, que o questionava por não o admitir na intervenção, informou que o senhor Presidente da Câmara era um democrata em dar-lhe a palavra, mas o mesmo não a usou. Mais disse que todos os senhores munícipes, e foram muitos, conseguiram contactar com os serviços da Assembleia Municipal e usarem da palavra. Existe uma Lei habilitante, que tem de cumprir.----------

Defesa da Honra do Senhor Presidente da União de Freguesia de Perosinho e Serzedo, João Morais de Sousa, disse que nunca poderia ter dito a quem quer que fosse, que não ia casa nenhuma abaixo, porque não há nada que diga isso. Aquilo que sempre disse foi que havia 2 propostas, uma em que havia um edificado de 9 casas que poderiam ser demolidas e outra de cerca de 100 casas, isso foi dito numa sessão de esclarecimento onde a União de Freguesias de Serzedo e Perosinho esteve presente com outras entidades. Disse, que a sua atitude na vida é não discutir aquilo que não sabe e, portanto, ao munícipe em causa, aquilo que disse foi haver 2 propostas em cima da mesa a serem discutidas e também disse que, no seguimento duma sessão em que esteve presente o senhor presidente da Câmara, foi assumido o compromisso de que concluído o projeto, o trajeto final haveria disponibilidade do senhor presidente da câmara explicar a quem de direito, conforme já foi aqui referido, de uma forma mais abrangente e de uma forma mais conclusiva, tudo aquilo que se possa vir a ser tratada em termos de TGV.----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) apresentou um Voto de Louvor "Ao Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial da Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho", conforme documento em anexo (Vide anexo nº1).----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) sobre o conteúdo em si, disse não tecer grandes comentários, apenas dizer, pelo menos a prática e o que tem sido o espírito dos votos de louvor, não era da forma como foi feito. Dizer bem dos serviços públicos, é uma coisa que faz falta no país e que deve ser feito sempre que possível, valorizar o trabalho que a Câmara Municipal fez no investimento no Hospital de Gaia e que foi uma opção deste executivo e mesmo até do Governo anterior. Recorda o Serviço de Cardiologia que tem uma capacidade inacreditável do hospital de Gaia, reconhecida por todos, mas, sobretudo dar a dimensão de que deve ser algo de excecional, portanto, considera que o espírito do bom labor deve ser um bocadinho mais abrangente ou sublinhar um acontecimento especial. Num outro contexto, ficava pelo menos a intervenção e nada a obstar ao conteúdo em concreto da proposta do Chega. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do CH, "Ao Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 4.16 - da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta Fundo Imobiliário Fechado, Fundo Gaia Douro, do seguinte:

A - A liquidação com efeitos imediatos, o que se propõe, B - A manutenção de alguns ativos estratégicos para o Município: a) As atuais oficinas municipais - prédio urbano sito à Avenida Vasco da Gama; b) O atual quartel dos bombeiros - prédio urbano sito à Avenida Vasco da Gama; c) da Rua 20 de junho - prédio para construção do edifício técnico municipal; d) Complexo Parque da Aguda; e) Edifício outrora sede da Gaia Social; f) Parque de Campismo da Madalena - terreno para localização do EcoParque, C - A alienação de outros ativos para servirem de meio de liquidação do remanescente em dívida, por via de liquidação em espécie: a) Guimbes - prédio para construção; b) Moldo Mecânica - prédio para construção; c) Parcelas Diversas; d) Rua da Montanha - prédio para construção; e) Loteamento da Belavista - prédio para construção, D - O pagamento de todas as obrigações do fundo com o produto da alienação dos ativos melhor identificados na alínea anterior, não assumindo o Município a responsabilidade do crédito contraído, exceto através do resultado financeiro da liquidação em espécie".----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que dado o volume de documentação distribuída e a discussão que foi feita, ficava à disposição de todos quanto às questões que pretendiam colocar.----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) disse que algumas das pessoas que fazem parte atualmente da bancada do PSD e, por acaso, ele próprio e o vereador Rui Rocha Pereira, em 2001/2005, quando se começou a pensar fazer pela primeira vez ou a falar da possibilidade de fazer um "Fundo", e o PSD tinha maioria, por questões de divergências políticas e porque achavam que o caminho não poderia ser aquele e foram contra a criação do mesmo, o dito "Fundo" não avançou. No mandato seguinte, foi fundado o "Fundo Gaia Douro", e que agora estava ali a discussão para a liquidação do mesmo. Sobre o documento que lhes foi colocado, as considerações que o Tribunal de Contas faz sobre o mesmo, é claro, qual deve ser o caminho, poderia haver outros, para a prorrogação do referido fundo, ou utilizar outros instrumentos. Perante as considerações feitas pelo Tribunal de Contas, é de bom tom a liquidação do mesmo e por isso acompanhavam o voto.

Deixou, no entanto, algumas perguntas, só para esclarecimento, nomeadamente na parte em que se fala da liquidação, na alínea c) a alienação de 5 ativos, como forma de tentar fazer um encaixe financeiro, rondariam os 2,8 milhões de euros, ou seja, naquele momento para liquidar o Fundo são 2,9 milhões de euros. Questionou se a Câmara Municipal por exemplo, não poderia utilizar um dos ativos, para incorporar na estratégia local de habitação.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, agradeceu a intervenção, tendo passado a dar o devido enquadramento às questões suscitadas. Referiu, entre diversos e exaustivos esclarecimentos, que um Fundo imobiliário fechado é um fundo detido a 100% pela Câmara Municipal, em que a Câmara Municipal vende os seus terrenos, todos ou quase todos, no caso de Gaia só faltam vender a Assembleia Municipal e o edifício dos Paços de Concelho, de receita imediata, arrecadou na altura cerca de 22 milhões de euros e, a partir daí e durante os anos estabelecidos na duração do fundo, passa a pagar uma renda pela ocupação dos edifícios que vendeu. Hoje a Câmara Municipal paga cerca de 100.000 euros por mês pelo conjunto dos edifícios das oficinas municipais e cerca de 50.000 euros pelas dos Bombeiros Sapadores, para além do parque de campismo da Madalena e de outras coisas. Disse que quando a câmara tem uma situação económico-financeira, boa ou relativamente boa, eram capazes de ir à banca ou ter recursos para o mesmo fim. Qualquer taxa de juro que teriam de pagar por um empréstimo é brutalmente menor do que os Reditus que temos para o fundo que não é apenas o dinheiro do empréstimo é o pagamento da gestão do fundo. Vale a pena ir ao Google ver quanto é que ganha um administrador do fundo porque estamos a pagar também para salários maravilhosos. O município, neste momento tem as contas em dia. Não pode estar nas mãos de 11 administradores de fundo. Temos oportunidade de resgatar o fundo, não o renovando e fazer aquilo que o fundo não iria fazer e com melhores condições económico-financeiras para o município. Tem assim a possibilidade de obter para o património do município coisas que são fundamentais para a câmara. A 21 de Junho, saber que o quartel dos bombeiros, as oficinas municipais deixam de pagar isso, significa evitar pagar 3,2 milhões de euros por ano. Não para poupança, mas aplicar na construção de outras coisas, nas escolas, nos centros de saúde, nas ruas. Sabia da existência de uma dívida, dívida residual. Depois as 2 questões centrais, que senhor deputado levantou dos 500.000 euros, da provisão do parque de campismo da Madeira, os 500.000 euros fazem parte da conta de fundo. Aquilo que defendia era que o dinheiro deveria ser devolvido. Nunca aceitaria fazer um negócio, de um contrato de compra onde recebia uma entrada e depois por alguma razão o comprador não tinha maneira de comprar o resto e não devolveria o dinheiro. Os administradores do fundo deverão devolver na íntegra os 500.000 euros. Depois deu outras explicações acerca da maneira como geriram outros fundos com vantagem para a autarquia. Dando como exemplo o fundo imobiliário e a forma como conseguiram da lista do património do fundo, o terreno da Bela Vista, os terrenos do Arcos de Sardão. O fundo tinha comissão, o edifício técnico e a compra do edifício dá para aí 10 anos de pagamento de rendas. Por fim disse que tudo era muito mais complexo que aquilo que foi exposto,

que foram centenas de páginas e muita papelada para toda a gente analisar, achava que não havia alternativa que não fosse deixar a câmara limpinha e livre do fundo. Já tinha comunicado à administração do fundo, qual era o seu pensamento. Eles sabem, eles não gostam, mas também não gostava do pensamento deles, estava ali para defender a Câmara e não a queixa do fundo. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

Ponto 4.17 - da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto aos Encargos para os anos seguintes da Empreitada de Remodelação do Auditório do Parque Biológico de Gaia, no valor de € 343.557,85 (trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em cumprimento do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011 de 11 de abril.

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.17. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

Ponto 4.18 - da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Hasta Pública de Alienação da Casa do Duque, para Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos – Autorização da Alienação à Sociedade "FOCO SAÚDE, SA", NIPC 515 189 928, pelo montante de € 1.251.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil euros), do prédio urbano composto por Palacete, Capela e anexos em ruínas, sito na Rua da Quinta da Bela Vista, freguesia de Canidelo, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 3399, Santa Marinha e inscrito na matriz sob o artigo 9521 de Canidelo, bem como, Aprovar a Minuta da respetiva Escritura de Compra e Venda. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, deu nota que este ponto já foi ali votado, sendo que foi feita uma hasta pública para a venda de um terreno na Bela Vista, um terreno que foi vendido exclusivamente para criação de uma Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e que depois no PDM, ficará definida como Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos. O terreno foi vendido por 1 milhão 251

mil euros, no início do ano e quando se tratou de ir à conservatória verificou-se que este terreno, apesar de vir do Fundo, não tinha registo e inscrição matricial e, portanto, foi preciso o Fundo, fazer o registo, entre outros. Agora tem que ser feita a minuta da compra e venda, como a minuta é diferente daquela que estava, porque já tem um registo com um número, não estávamos a aprovar a mesma coisa, mas não houve alteração nenhuma. Portanto, apenas votar a formalidade decorrente da necessidade de registar um terreno que não estava registado pelo Fundo, nós não estamos a votar 2 vezes a mesma coisa, estamos agora a votar a coisa "matriculada". ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 4.18</u>. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

<u>Ponto 4.19</u> - da Ordem de Trabalhos Discussão e "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

•Postura Municipal de Trânsito no âmbito da Construção e Reabilitação dos Arruamentos envolventes ao novo Campo de Jogos de Valadares, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Engenheiro Domingos de Oliveira, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Dr. Mário Cal Brandão e na Rua do Choupelo, na extensão compreendida entre a Rua Conselheiro Veloso da Cruz e a Projeção do Viaduto da Linha do Caminho de Ferro, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Bombeiros Voluntários de Coimbrões, a Norte e a Sul na Interseção com a Avenida Eng.º Ludgero Marques, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Ponte Pereiro e na Viela de Ponte Pereiro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------

•Alteração da Postura Municipal de Trânsito em toda a extensão da Rua Conde Silva Monteiro, Freguesia de Oliveira do Douro; ----------

•Retificação da Aprovação da Postura Municipal de Trânsito na Rua São Martinho, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma. ----------.

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

Ponto 4.20 - da Ordem de Trabalhos Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU) deixou algumas perguntas sobre o conjunto habitacional Ramalho Eanes e reconhecia o trajeto que tem sido feito de reabilitação do parque habitacional municipal e destacando designadamente, aquando da sessão extraordinária sobre habitação, aprovada em sessão, referia a necessidade de prosseguir esse trajeto de reabilitação urbana, e a possibilidade de aumentar o número de fogos. Sobre o conjunto habitacional Ramalho Eanes e da necessidade de atenderem à queixa dos moradores, verificam que o caso está identificado pela autarquia, inclusivamente a estratégia local de habitação refere a necessidade de intervenção nesse próprio conjunto habitacional. No quadro resumo de investimentos previstos no parque habitacional municipal, quadro onde é referido uma empreitada de reabilitação da cobertura e fachadas da complexo Ramalho Eanes, no valor de 900.000 euros a aplicar entre 2021 e 2023. Deixaram a questão, qual o estado do projeto de intervenção - reabilitação e para quando está previsto o começo, se irá avançar como previsto até ao final do ano. ----------

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) disse, vivermos tempos em que a consciência ambiental e a sustentabilidade são temas de capital importância em que uma simples ação bem tomada no momento poderia contribuir para uma pegada ecológica nas gerações futuras. Exemplo disso, na sua opinião, e que julgavam transversal a todos, são as hortas comunitárias. A divisão do ambiente levou também a cabo um projeto de educação ambiental com as escolas para a construção de hortas pedagógicas. Tendo em conta a experiência do município desenvolvida através da empresa águas e parque Biológico de Gaia, com as hortas comunitárias e pedagógicas, dada a dinâmica e a procura existente do projeto na área metropolitana do Porto, foi então criado em janeiro de 2021, um grupo de trabalho com a implementação da rede municipal de hortas urbanas de Vila Nova de Gaia, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2). ----------

Senhora Deputada Carla Costa (PSD) disse que há cerca de 2 anos o Governo anunciou a criação de uma linha de 60 milhões e garantia aos municípios o financiamento a 100% para a remoção de coberturas de amianto nas escolas. Todavia, o preço de 55€/m2 definido como valor base para este financiamento correspondia a menos de metade do custo real do mercado, que ascendia a 120€/m2, sendo a probabilidade, com este preço, que os concursos ficassem desertos, o que aconteceu em muitos casos. O melhor exemplo

de uma reduzida contribuição do Estado neste programa foi precisamente a Câmara Municipal de Gaia, em que, afinal, a efetiva comparticipação correspondeu apenas a 25% dos 100% prometidos. A substituição da cobertura de amianto nas escolas, pelas contas feitas, custou ao município até ao ano transato, 5 milhões de euros em empreitadas e mais 2, 2 milhões em procedimentos, e afinal, o governo comparticipou apenas com 1, 8 milhões de euros. À margem deste prejuízo, a Câmara Municipal acomodou este encargo financeiro no orçamento municipal e muito bem, assumindo o compromisso de proceder à remoção de todas as coberturas de amianto nas escolas do Concelho. Neste sentido, o grupo parlamentar do PSD pretendia que o Senhor Presidente pudesse fazer um ponto de situação sobre o programa, tendo em conta as seguintes questões, a remoção da cobertura de fibrocimento nas escolas do Concelho já está integralmente executada, senão quais as escolas em falta e qual a calendarização ou previsão para dar cumprimento a este objetivo. Para além das escolas, que eram naturalmente prioritárias para a remoção deste tipo de material, existem outros equipamentos, no Concelho, que não sendo propriedade do município, são de uso Público e frequentados por muitas crianças e jovens, que ainda mantêm as coberturas em fibrocimento. São locais que estão na esfera do domínio privado, como instituições desportivas e religiosas, salão paroquial junto à Igreja paroquial de Canidelo, a bancada do Estádio municipal de Arcozelo ou a bancada do Estádio do Leverense. Gostariam de saber se há alguma disponibilidade, por parte da Câmara, para participar ou fazer parcerias com estas instituições no sentido de resolver o problema de remoção das coberturas de amianto daqueles equipamentos.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, respondeu que naquilo que dizia respeito às urbanizações sociais, e a existência de problemas pontuais, existia alguma dificuldade em fazer esse diagnóstico que não seja quando ou onde as pessoas se queixam, e às vezes as pessoas não se queixam. Contudo, os bairros sociais hoje são muito bons, ou seja, antigamente eram começados a construir no alicerce para cima, agora começa a se construída do telhado para baixo, é encontrar no telhado a justificação para fazer a reabilitação energética do edifício e fizemo-lo em todos, nalguns casos, pode haver consequências que decorrem ainda da garantia de obra e, portanto tem que se imputar ao empreiteiro e, uma patologia que tem de ser corrigida, é corrigida. Deixou ainda diversos considerandos relativamente às questões. Quanto às hortas comunitárias, tiveram a tem e tem em Gaia como em muitos outros sítios a uma vida cíclica à medida de alguns fenómenos, tiveram naquele processo de crise, uma procura muito grande de hortas, depois o relativo abandono e não tinham problema de retirar a titularidade de uma horta se percebessem isso. Admitiu, que a principal razão para não aumentar, era o facto de não disporem de terrenos interessantes para o fazer. Considera que é um trabalho que tem que continuar a ser feito, mesmo não sendo prioritário. Quanto às questões da senhora deputa Carla Costa, disse que o assunto dizia espeito a uma área que definiram como uma área em que perdiam dinheiro. Nunca disse, que a gestão do processo do amianto nas escolas, era uma gestão que tinha como pano de fundo, um financiamento suficientemente interessante

para se justificar o que o município fez. Foram além do que deviam, mas na lógica da ajuda que ofereceram ao Hospital de Gaia mesmo sendo obra do Ministério da Saúde. Outro programa que, no âmbito da descentralização, viesse a dar prejuízo à Câmara, esclarecendo que tinham 34 escolas para intervir, um orçamento de 5,5 milhões, um financiamento de 1,5 milhões e um custo final de 8,5 milhões, é bom que não se esqueça que uma parte das obras decorreram em plena pandemia, que foi bom por não ter as crianças na escola. Nalguns casos teriam mesmo que parar aulas, porque retirar o amianto exige boa prorrogativas legais, um licenciamento próprio que não é qualquer empresa de construção civil que pode tirar amianto. Das 34 escolas, meia dúzia, tinham fibrocimento sem amianto, havia uma espécie de obstáculo ou de deixar o fibrocimento, porque as pessoas acham sempre que tem amianto. Houve um sobrecusto de obra, porque, na pandemia os valores estouraram, e não só por retirar o amianto, mas substituí-lo pela " sanduíche" aumentou o preço brutalmente.----------

O Senhor Presidente da Mesa, colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº3). ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três horas e dezasseis minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

CHEGA

Original da A.M. V.N Gaia 06.07.23

Grupo Municipal

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Voto de Louvor

Ao Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho

O Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho foi fundado em setembro de 1999, após concurso hospitalar, pelo Chefe de Serviço Prof. Doutor Horácio Costa. Para o início de atividade, contou na altura com as Assistentes Hospitalares Dra. Cristina Cunha e Dra. Maria da Luz Barroso.

Com três creditações do EBOPRAS (European Board Plastic Reconstructive Aesthetic Surgery) é o único no país com uma Via Verde do Reimplante, o que significa que qualquer pessoa que no território nacional, sofra algum acidente que necessite do reimplante dum qualquer membro amputado, em que o tempo ideal de intervenção não deve ultrapassar as seis horas, o mais provável é que acabe intervencionada neste serviço de excelência do nosso Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho.

Com uma média aproximada de 2.400 cirurgias globais por ano, o Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia realizou desde a sua fundação as seguintes reconstruções microcirúrgicas complexas, intervenções estas que podem durar mais de 14 horas:

- Cabeça e Pescoço, particularmente Cancro Oral - 602
- Membro Superior - 196
- Membro Inferior - 168
- Mama - 427
- Reimplantes e Revascularizações, particularmente Dedos e Mãos - 186

Esta resposta, estes resultados, este esforço, deve-se sobretudo a todos os profissionais deste serviço, muito especialmente ao seu Diretor, o Prof. Doutor Horácio Costa que, de uma forma exemplar e abnegada, todos os dias ultrapassam constrangimentos e limitações e dão o melhor de si em prol dos seus pacientes.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, na sua reunião ordinária de 06 de julho de 2023, delibere aprovar um Voto de Louvor ao Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho e a todos os seus profissionais.

Que o presente Voto de Louvor, no caso de ser aprovado, seja enviado ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho, ao Ministério da Saúde e à Comissão Executiva do Serviço Nacional de Saúde.

Vila Nova de Gaia, 06 de julho de 2023

O Deputado do Grupo Municipal do Partido CHEGA!

Assinado por: **Jorge Manuel dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: 12801097
Data: 2023.07.06 10:41:01+01'00'

Jorge Manuel Dos Santos Pereira

CHAVE MÓVEL

Grupo Municipal

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Voto de Louvor

Ao Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho

O Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho foi fundado em setembro de 1999, após concurso hospitalar, pelo Chefe de Serviço Prof. Doutor Horácio Costa. Para o início de atividade, contou na altura com as Assistentes Hospitalares Dra. Cristina Cunha e Dra. Maria da Luz Barroso.

Com três creditações do EBOPRAS (European Board Plastic Reconstructive Aesthetic Surgery) é o único no país com uma Via Verde do Reimplante, o que significa que qualquer pessoa que no território nacional, sofra algum acidente que necessite do reimplante dum qualquer membro amputado, em que o tempo ideal de intervenção não deve ultrapassar as seis horas, o mais provável é que acabe intervencionada neste serviço de excelência do nosso Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho.

Com uma média aproximada de 2.400 cirurgias globais por ano, o Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia realizou desde a sua fundação as seguintes reconstruções microcirúrgicas complexas, intervenções estas que podem durar mais de 14 horas:

- Cabeça e Pescoço, particularmente Cancro Oral - 602
- Membro Superior - 196
- Membro Inferior - 168
- Mama - 427
- Reimplantes e Revascularizações, particularmente Dedos e Mãos - 186

Esta resposta, estes resultados, este esforço, deve-se sobretudo a todos os profissionais deste serviço, muito especialmente ao seu Diretor, o Prof. Doutor Horácio Costa que, de uma forma exemplar e abnegada, todos os dias ultrapassam constrangimentos e limitações e dão o melhor de si em prol dos seus pacientes.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, na sua reunião ordinária de 06 de julho de 2023, delibere aprovar um Voto de Louvor ao Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho e a todos os seus profissionais.

Que o presente Voto de Louvor, no caso de ser aprovado, seja enviado ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho, ao Ministério da Saúde e à Comissão Executiva do Serviço Nacional de Saúde.

Vila Nova de Gaia, 06 de julho de 2023

O Deputado do Grupo Municipal do Partido CHEGA!

Assinado por: **Jorge Manuel dos Santos Pereira**
Num. de Identificação: 12801097
Data: 2023.07.06 10:41:01+01'00'

Jorge Manuel Dos Santos Pereira

CHAVE MÓVEL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Rede Municipal de Hortas Urbanas

Vivemos tempos em que a consciência ambiental e a sustentabilidade, são temas de capital importância, em que uma simples ação bem tomada hoje pode contribuir para uma pegada ecológica nas gerações futuras. Compete-nos a nós respeitar a natureza e o seu ritmo, dando o nosso contributo com decisões que possam congregar também preocupações de inclusão social e de combate às alterações climáticas.

Exemplo disso, na nossa opinião e que julgamos que também transversal a todos, são as hortas comunitárias.

Este projeto surgiu inicialmente nos países do norte da Europa, onde a Dinamarca pontifica como expoente máximo, mas cuja moda foi profusamente implementada um pouco por todo o Mundo.

No Solar Condes de Resende em Canelas, que ainda hoje funciona; em S. Félix da Marinha, em Avintes, em Oliveira do Douro, em Olival, muitas vezes associada às urbanizações sociais. Mais tarde, também em Canelas, por iniciativa da Junta de Freguesia, que à data integrei – permitam-me esta menção – que teve um impacto e uma recetividade da população muito significativo, acima de qualquer expectativa.

Posteriormente, numa vertente mais pedagógica, a Divisão de Ambiente levou também a cabo um projeto de educação ambiental com as escolas, para a construção de Hortas Pedagógicas.

Tendo em conta a experiência do Município, desenvolvida através da empresa Águas e Parque Biológico de Gaia EEM com as Hortas Comunitárias e Pedagógicas, dada a dinâmica e a procura existente deste projeto na Área Metropolitana do Porto, foi então criado, em janeiro de 2021, um Grupo de Trabalho para a Implementação da Rede Municipal de Hortas Urbanas de Vila Nova de Gaia.

Os benefícios das hortas urbanas e comunitárias são muitos. Desde a segurança alimentar, à consciencialização ambiental, passando interação social, pelo bem-estar ou pela educação.

O atual executivo municipal deu continuidade, e bem, a este projeto, pretendendo garantir e ir ao encontro da satisfação das necessidades da população, sob a tutela do Pelouro do Ambiente.

Sabemos que foram abertas novas inscrições e abertas candidaturas para atribuição de mais talhões em Hortas Urbanas, informação que parece confirmada na informação do Sr. Presidente, que nos foi remetida.

Sabemos também da existência de um preçário para a utilização de cada talhão atribuído no âmbito da Rede Municipal de Hortas Urbanas de Vila Nova de Gaia, nos termos do Regulamento n.º 442/2018, de 19 de julho, tendo em conta a previsão do consumo médio anual de água, bem como dos demais encargos do Município, inerentes à respetiva utilização.

Ainda recentemente, em novembro passado, o JN dava nota que em Vila Nova de Gaia estavam inscritos 2.269 candidatos e existia uma lista de espera para atribuição de talhão de 1.130 pessoas. Tendo, atualmente, 14 hortas urbanas, num total de 405 talhões

Sabemos ainda que o desenvolvimento deste projeto serve os propósitos e contribui para atingir as metas traçadas pela Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Assim, e tendo em conta a importância do projeto, gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente o seguinte:

1. Pode traduzir em números, o real continuo interesse da população e o envolvimento das Juntas de Freguesia neste projeto, uma vez que aparentemente e contrariando o trabalho e a aposta do Município, parece haver um certo desleixo e até abandono, no tratamento de algumas das hortas urbanas existentes no concelho?
2. Confirmar os números da referida reportagem do JN, relativamente à oferta, à procura e à atribuição de talhões?
3. Quantas hortas urbanas existem neste momento em pleno funcionamento e operacionais no Concelho?
4. No âmbito deste projeto, há propostas para promover a criação de novos espaços, que permita aumentar a oferta aos interessados?
5. O preçário que se encontra publicado no site do Município está atualizado e é para manter?

Vila Nova de Gaia, 6 de julho de 2023

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

(Joaquim Barbosa)

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 3

MINUTA DE ATA Nº 31

Reunião Ordinária de 06.07.2023

Ao sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações:

1. Foi um, **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do CH, "Ao Serviço de Cirurgia Plástica Reconstrutiva Craniomaxilofacial Mão e Unidade de Microcirurgia do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

2. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------

   a) **Foi o ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos,** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta Fundo Imobiliário Fechado, Fundo Gaia Douro, do seguinte:

   A. A liquidação com efeitos imediatos, o que se propõe; ----------

   B. A manutenção de alguns ativos estratégicos para o Município: ----------

      a) As atuais oficinas municipais - prédio urbano sito à Avenida Vasco da Gama. ----------

      b) O atual quartel dos bombeiros - prédio urbano sito à Avenida Vasco da Gama. ---------

      c) Terreno da Rua 20 de junho - prédio para construção do edifício técnico municipal.

      d) Complexo Parque da Aguda. ----------

      e) Edifício outrora sede da Gaia Social. ----------

      f) Parque de Campismo da Madalena - terreno para localização do EcoParque. ----------

   C. A alienação de outros ativos para servirem de meio de liquidação do remanescente em dívida, por via de liquidação em espécie: ----------

      a) Guimbes - prédio para construção. ----------

      b) Moldo Mecânica - prédio para construção. ----------

      c) Parcelas Diversas. ----------

      d) Rua da Montanha - prédio para construção. ----------

      e) Loteamento da Belavista - prédio para construção. ----------

   D. O pagamento de todas as obrigações do fundo com o produto da alienação dos ativos melhor identificados na alínea anterior, não assumindo o Município a responsabilidade do crédito contraído, exceto através do resultado financeiro da liquidação em espécie".

   Aprovado por Unanimidade. ----------

b) **Foi o ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto aos Encargos para os anos seguintes da Empreitada de Remodelação do Auditório do Parque Biológico de Gaia, no valor de € 343.557,85 (trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em cumprimento do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011 de 11 de abril", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) **Foi o ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Hasta Pública de Alienação da Casa do Duque, para Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos – Autorização da Alienação à Sociedade "FOCO SAÚDE, SA", NIPC 515 189 928, pelo montante de € 1.251.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil euros), do prédio urbano composto por Palacete, Capela e anexos em ruínas, sito na Rua da Quinta da Bela Vista, freguesia de Canidelo, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 3399, Santa Marinha e inscrito na matriz sob o artigo 9521 de Canidelo, bem como, Aprovar a Minuta da respetiva Escritura de Compra e Venda, **Aprovado por Unanimidade**. ----------

d) **Foi o ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Postura Municipal de Trânsito no âmbito da Construção e Reabilitação dos Arruamentos envolventes ao novo Campo de Jogos de Valadares, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Engenheiro Domingos de Oliveira, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Dr. Mário Cal Brandão e na Rua do Choupelo, na extensão compreendida entre a Rua Conselheiro Veloso da Cruz e a Projeção do Viaduto da Linha do Caminho de Ferro, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Bombeiros Voluntários de Coimbrões, a Norte e a Sul na Interseção com a Avenida Eng.º Ludgero Marques, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Ponte Pereiro e na Viela de Ponte Pereiro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------
- Alteração da Postura Municipal de Trânsito em toda a extensão da Rua Conde Silva Monteiro, Freguesia de Oliveira do Douro; ----------

- Retificação da Aprovação da Postura Municipal de Trânsito na Rua São Martinho, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma. ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

e) **Foi Apreciada,** a Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, **referente ao Ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos**. -

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 23 horas e 16 minutos do dia 6 de julho de 2023, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)